

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 46

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e noventa e seis, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sessão ordinária do mês de Fevereiro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais António de Sousa Dinis Correia e João Gabriel Ferreira Santos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, José Arménio Sequeira Pereira, José Alberto Martins de Carvalho, Artur Lopes Lobo, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Élio Manuel Delgado da Maia, João Pedro Simões Dias, Joaquim dos Santos Abreu, Vitor Manuel da Silva Martins, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Francisco Manuel Alves da Costa Braga e Libério da Silva Santos.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Artur da Rosa Pires, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Joaquim António Calheiros da Silveira, Olinto Henrique da Cruz Ravara e José Maria Dias da Silva, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra leu a ordem de trabalhos da Sessão ordinária do mês de Fevereiro, cujos pontos a seguir se transcrevem:

1 - *COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL;*

2 - *EMPRÉSTIMO - REFORÇO DOS FINANCIAMENTOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS UNIFAMILIARES EM EIXO E MATADUÇOS;*

3 - *AQUISIÇÃO DE BENS - AQUISIÇÃO DE 15 FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL AO IGAPHE;*

4 - *PERMUTA DE BENS - PLANO DE PORMENOR DE SÁ BARROCAS;*

5 - *SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 1994;*

6 - *CONCESSÕES:*

a) *Instalação de Equipamento Similar de Hotelaria no Rossio;*

b) *Exploração do Restaurante e Bares do Centro Cultural e de Congressos.*

Imediatamente a seguir leu à Assembleia a correspondência recebida, informando que a mesma se encontra à disposição dos Srs. Deputados Municipais para consulta, no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Deu ainda conhecimento de uma carta enviada pelo Sr. Dr. Joaquim António Calheiros da Silveira, a solicitar a renúncia do seu

mandato, renúncia essa que entra imediatamente em vigor de acordo com o Regimento deste órgão.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Raul Martins e simultaneamente saiu o Vogal Manuel Arede de Jesus.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa preparava-se para submeter à votação e discussão as Actas da Assembleia, quando foi interrompido pelo Vogal Filipe Brandão.

Vogal Filipe Brandão:

"Sr. Presidente, já agora, no rol de despachos que V. Ex^a foi destinatário, não sei se referiu, deu-me a impressão que sim, o Relatório 80 IAL/95 da Inspeção Geral de Finanças?"

Presidente da Mesa:

"Sim, referi."

Vogal Neto Brandão:

"Já agora, antes de prosseguirmos, gostaria de saber o tratamento que V. Ex^a pretende dar ao teor desse despacho, ou seja, sendo esse o Relatório da Inspeção Geral de Finanças, que o Ministro das Finanças, António de Sousa Franco mandou ser entregue à Assembleia Municipal, e sendo ele a constatação das irregularidades do Dr. Girão Pereira, dando razão às críticas da bancada do PS, designadamente às críticas na altura consideradas impertinentes pelo Dr. Girão Pereira, formuladas pelo meu camarada de bancada, Dr. Raul Martins, em que conclui que as omissões constituem irregularidades de natureza financeira, reporto-me obviamente àquelas omissões, referentes ao Fundo de Fomento de Habitação, ao IGAPHE e à EDP, constituíam irregularidades de natureza financeira imputáveis ao ex-Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. Girão Pereira, uma vez que os assuntos relativos às dívidas em apreciação, eram por si pessoalmente dirigidos e por ser também da sua competência a autorização do pagamento das despesas. Concretiza ainda que, independentemente da amortização desses empréstimos, que não aconteceu até à data da elaboração do presente Relatório, as explicações referidas pelo ex-Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, não justificam aquelas omissões, ou seja, eu penso que o teor deste despacho, deste Relatório, reveste uma importância tal, que penso que terá não apenas que V. Ex^a dizer que recebeu, que deu conhecimento, terá que ser distribuído a todos os membros desta

Assembleia, para poder ser aquilatado da veracidade e comprovada a veracidade das acusações feitas por esta bancada em tempo oportuno e que não mereceram o acolhimento por parte do Executivo."

Presidente da Mesa:

" Sr. Dr., na realidade não posso dar a este documento um tratamento diferente do que dou aos outros que venham em idênticas circunstâncias, dando uma interpretação subjectiva ao valor de cada documento; neste momento o que vou fazer, é como já disse, pô-lo à disposição de todas as pessoas, e ele está e portanto se quiserem fotocopiá-lo ou utilizarem outra maneira qualquer, tudo bem, mas na realidade eu não posso fazer outra coisa. Sobre este assunto não tinha mais nada a acrescentar."

Vogal Filipe Brandão:

"Se é esse o entendimento de V.Ex^a, eu altero os pressupostos: requeiro a V.Ex^a que em próxima reunião este Relatório seja distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal."

Presidente da Mesa:

"Sim, acho que não haverá inconveniente nisso."

Retomando a aprovação das Actas, o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação a ACTA Nº 38 - Posta à discussão do órgão, não se registaram intervenções. Submetida à votação, veio a mesma a merecer aprovação por vinte e cinco votos a favor e três abstenções, sendo uma abstenção do PS, uma do PSD e uma do PP.

Entretanto deu novamente entrada na sala o Vogal Manuel Arede de Jesus.

ACTA Nº 39 - Posta à discussão do órgão, não se registaram intervenções. Submetida à votação, veio a mesma a merecer aprovação por vinte e oito votos a favor e uma abstenção do PP.

ACTA Nº 40 - Posta à discussão do órgão, não se registaram intervenções. Submetida à votação, veio a mesma a merecer aprovação por vinte e oito votos a favor e uma abstenção do PP.

Imediatamente a seguir passou-se ao período de antes da ordem do dia.

No uso da palavra o Sr. Presidente da Mesa, informou a Assembleia que, de acordo com uma solicitação apresentada pelo Sr.

Presidente da Câmara Municipal e da qual foi dada conhecimento através de um ofício a todos os membros deste órgão, que no do período de antes da ordem do dia, desta reunião, será dada uma informação à Assembleia Municipal sobre o desenvolvimento dos trabalhos, relativos à elaboração do Plano Estratégico da cidade de Aveiro, a cargo do Gabinete de Arquitectura, Bruno Soares.

Seguidamente o Vogal Custódio Ramos, pediu para usar da palavra:

Vogal Custódio Ramos:

"Sr. Presidente, é por uma questão de metodologia que eu pedi a palavra: importa clarificar que esta forma de agendamento não se afigura correcta, na medida em que por um lado trata-se de uma iniciativa da Câmara de Aveiro, teria cabimento isso sim, incluída na Comunicação do Sr. Presidente. Esta forma de introduzir um ponto no período que antecede o período de antes da ordem do dia não é correcta, não é Regimental, todavia nós não levantaremos problemas a título muito excepcional, pela consideração das pessoas que se deslocaram de propósito a esta cidade e a esta Assembleia, e só de facto excepcionalmente esta bancada não levanta problemas, mas registamos o facto e registamos esta interpretação para que no futuro efectivamente não volte acontecer este tipo de inclusão a anteceder o nosso período de antes da ordem do dia."

Vogal António Salavessa:

"Não podia deixar de transmitir nesta Assembleia aquilo que já tive oportunidade de transmitir, quer pessoalmente ao Sr. Presidente da Câmara, quer ao Sr. Presidente da Assembleia, quanto ao entendimento que tenho àcerca desta matéria; o período de antes da ordem do dia é nosso, é da Assembleia, não é da Câmara Municipal, não há nada que justifique a inclusão no período de antes da ordem do dia, de iniciativas da Câmara, o local apropriado seria dentro da Comunicação do Sr. Presidente, ou o agendamento de um ponto específico com esse objectivo, tive oportunidade de transmitir esta opinião, e também excepcionalmente e por respeito às pessoas que aqui estão para nos transmitir a Comunicação e que não têm nada a ver com este "qui pro quo" estou na disposição de ouvir desde que isso não mexa em nada com o tempo disponível para o período de antes da ordem do dia."

Presidente da Mesa:

"A propósito do que aqui foi referido, devo dizer que me penitêncio pela metodologia que está a ser seguida, porque esta metodologia foi estabelecida pelo Sr. Presidente da Câmara após um entendimento que teve comigo, e portanto pareceu-me que seria a maneira melhor de introduzir este tema, uma vez que já não estava agendado na ordem de trabalhos; não discordo e aceito perfeitamente as observações que estão aqui a ser feitas. De qualquer maneira também considereei que este tema não teria grande cabimento na intervenção do Sr. Presidente da Câmara, até porque o tema não vai ser apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara, mas sim por técnicos, portanto é um assunto totalmente diferente da intervenção do Presidente. Cabe-me a responsabilidade desta metodologia e não por forma nenhuma à Câmara Municipal, que teve o cuidado de perguntar previamente como deveria de fazer."

Presidente da Câmara:

"Acho que não deve o Sr. Presidente da Assembleia a assumir inteiramente a responsabilidade na medida em que a iniciativa partiu da minha parte. Queria de facto dizer que também entendo que não deve ser roubado qualquer tempo ao período de antes da ordem do dia, queria pedir a vossa compreensão, não houve qualquer proposta para que isso acontecesse, concerteza que será possível a Mesa permitir que seja dilatado a título excepcional o período de antes da ordem do dia, a fim de terem todos a oportunidade de exporem o que entenderem, talvez não tenha sido o melhor processo, foi também um pouco do entusiasmo, do interesse em que esta Assembleia comece a tomar contacto com os estudos que têm vindo a ser feitos pelo Gabinete a quem foi adjudicado o Plano Estratégico, foi talvez uma "percipitação", mas foi-o no bom sentido. Não voltará a repetir-se, todavia eu pedia a vossa compreensão e daria oportunidade aos técnicos que amavelmente se deslocaram, para darem informação sobre o andamento dos trabalhos."

Dado que ninguém se opôs, seguiu-se uma explanação de carácter técnico, feita por elementos ligados ao Gabinete de Arquitectura-Bruno Soares, tendo sido feito o ponto da situação sobre o desenvolvimento do Plano Estratégico da cidade de Aveiro.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Álvaro Patrício do Bem, Virgínia Veiga e Diogo Soares Machado.

Seguidamente entrou-se no período de antes da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal António Salavessa:

"Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia Municipal.

É sem dúvida com alguma emoção que evoco nesta Assembleia, órgão autárquico representativo do Povo de Aveiro, a figura de João Evangelista Vieira Sarabando, que nos deixou no passado dia 9, para que também aqui fique assinalada uma primeira e mais que devida homenagem a um homem cujo percurso e obra dignificam superlativamente Aveiro; são muitas e bem diversas as razões que justificam a justa homenagem a João Sarabando, que foi durante toda uma vida um personagem exemplar, um homem bom e que talvez merecesse a atenção desta Assembleia. Em tudo o que se empenhou deixou marcos de competência, de rigor, de firmeza de princípios e de tolerância, de amor à vida, ao Povo, à Cultura e a Aveiro, sempre com uma profunda e sincera humildade. João Sarabando, foi de tudo um pouco, mas sempre de forma elevada superior; desportista com marcas de realce para época; dirigente associativo na área do desporto e da cultura, nomeadamente em colectividades como o Beira-Mar ou os Galitos. Sentido como jornalista desportivo, era simultaneamente jornalista cultural, sendo de consultar toda a sua colaboração extra desportiva, nomeadamente nos jornais desportivos para os quais escrevia. Sobre esta faceta de João Sarabando, pode ler-se no folheto que sensibilizava para a participação num jantar de homenagem pelos quarenta anos de jornalismo em 1965, as seguintes palavras de autoria de José Naia: "João Sarabando, é uma legenda viva do jornalismo desportivo, a sua pena brilhante, consciente, está sempre pronta a enaltecer a vitória como a honrar a derrota, para ele o desporto é sempre o desporto, não compreendendo de outra maneira torcer o seu espírito são e recto". Anti-fascista convicto, foi desde muito cedo figura destacada da oposição ao fascismo, quando um dia se fizer a história deste período da vida nacional em Aveiro, João Sarabando será, ao lado de outros uma referência obrigatória. Está presente em tudo o que se faz em Aveiro desde 1945, altura em que se integra no MUD, participa

activamente na campanha presidencial de Norton de Matos, e em todas as batalhas que se seguiram, chegou mesmo a fazer parte das listas da oposição em 1961, altura em que já era militante do PCP, qualidade que manteve até aos nossos dias, sempre de uma maneira lúcida e consciente, Partido em que aderiu em 1954. As suas convicções políticas causaram-lhe inúmeros problemas e dissabores que incluíram a passagem pelas prisões de Salazar em 1962, mas não foi por isso que desistiu antes pelo contrário, sempre activo e sempre discreto, até porque a PIDE nunca mais deixou de acompanhar as suas movimentações e a sua acção, João Sarabando teve um papel muito importante na preparação dos Congressos Republicanos e da oposição democrática realizados na nossa cidade, devido ao esforço exemplar dentro de um conjunto muito vasto de Aveirenses, de entre outros cidadãos. E se é verdade que Mário Sacramento surge neste período muito justamente como figura emblemática, é bom que se reflecta naquilo que Mário Sacramento nos quer dizer, quando escreve: "João Sarabando, foi no período mais activo da luta política de unidade, aqui o meu principal apoio" e foi do mérito que lhe adveio deste combate pela liberdade, que justificou plenamente a sua participação após o 25 de Abril, nas duas Comissões Administrativas Municipais, entre 1974 e 1976. A sua dedicação ao Povo e a Aveiro esteve sempre presente no seu pensamento, na obra que nos deixou, nomeadamente no "Cancioneiro de Aveiro", na "Maria Barbuda e Marques Sardinha ao Desafio" etc, etc.

É com grande expectativa que aguardamos a saída de mais um inédito de João Sarabando, que estava quase pronto quando João Sarabando faleceu, e que mais uma vez tem por tema Aveiro e as suas gentes; está para sair "Cagaréus e Ceboleiros" obra que aguardamos e que esperemos que não seja a última a ver a luz de todo um espólio que nos deixou. Cabe também ao Município e aos seus órgãos zelar para que não morra com o homem a sua memória, e se é de louvar a informação que nos chegou à cerca da intenção da Câmara Municipal de Estarreja em reeditar o mais que esgotado livro, "Maria Barbuda e Marques Sardinha" é também de apelar ao Pelouro da Cultura e à Câmara Municipal de Aveiro, para ver tudo o que pode fazer nesta matéria.

Para que saibam que não estão sózinhos os alunos do 6º ano Turma G, da Escola João Afonso de Aveiro, que escreveram uma carta de

votos de recuperação e que acabaram por não a enviar a João Sarabando, tendo acrescentado em post scriptum que: "só agora sabemos que partiu antes do tempo, nós não vamos deixar porque vamos transmitir a todos a importância que para nós teve", ao que acrescento, não podemos deixar de transmitir a todos a memória de quem, para Mário Sacramento, era apenas isto: "o melhor e o mais honrado homem que conheci até hoje".

Vogal Fernando Marques:

"A minha intervenção é também para falar do Sr. João Sarabando: não vou obviamente fazer o desenvolvimento que fez o Sr. Salavessa, ele está ideologicamente numa posição mais fácil para o fazer, já que era militante do Partido Comunista, mas como Presidente da Junta de Freguesia da Glória e como cidadão, quero enaltecer também a figura que foi João Sarabando; o seu currículo já foi aqui desenvolvido: escritor, jornalista, dirigente desportivo, desportista, toda uma série de actividades que ele desenvolveu ao longo da sua vida. Quero propôr a esta Assembleia que seja dado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Sarabando; por outro lado veria também com bons olhos que futuramente fosse dado o nome de João Sarabando a uma artéria da Freguesia da Glória."

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, desde muito jovem que me habituei a ouvir falar de João Sarabando. Independentemente das questões ideológicas, tenho um grande respeito por João Sarabando, João Sarabando é um homem oriundo de famílias de Oliveirinha e por essa razão também participo neste voto de pesar pelo falecimento desse cidadão exemplar a muitos níveis."

Vogal Nuno Tavares:

"Sr. Presidente, como homem de direita que sempre me prezei de ser, mas com a frontalidade que eu gosto de pôr nas minhas afirmações, tenho muito honra em me associar ao voto de pesar proposto e ao mesmo tempo subscrevo inteiramente a proposta que faz, eu próprio honro-me, na minha modéstia, nas minhas limitações, de ter tido como adversários políticos homens com a personalidade, com a grandeza de alma do Sr. João Sarabando. E fui no cumprimento de um dever de lealdade para com um adversário político, cuja lealdade também está acima de toda a suspeita, ter estado presente na sua ida, no seu percurso

até à última morada; e tive muito orgulho também em fazê-lo, sabendo que possivelmente era dos poucos homens que lá estava que não pensavam como o Sr. João Sarabando, presto aqui modestamente a minha homenagem a uma personalidade que honra Aveiro, honra a terra onde nasceu e a terra que serviu com desvelo, com superioridade de espírito ao longo de toda a sua vida."

Vogal Virgínia Veiga:

"O Dr. Costa e Melo, publicou um livro intitulado "Gente de Toga e Beca", onde conta episódios da vida forense, episódios que têm como protagonistas ou advogados ou magistrados. Num desses episódios ele não descreve quem era a pessoa, passou-se exactamente com o João Sarabando, uma pessoa que o terá procurado no escritório para que ele propusesse uma acção de despejo, essa mesma pessoa, o inquilino, não tinha dinheiro, o Dr. Costa e Melo como advogado, ter-lhe á dado um prazo para comparecer com o dinheiro das rendas em atraso. Esgotado o prazo ele aparece surpreendentemente com o dinheiro para pagar as rendas, porque o próprio senhorio João Sarabando, por trás lhas deu com pena dele. João Sarabando era assim, uma jóia de pessoa, de quem eu tive o privilégio de ser amiga de longos anos. Portanto fico muito contente com a atitude do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Glória, e subscrevo-a inteiramente."

Vogal Custódio Ramos:

"Era para relevar a personalidade e a instituição cultural do Sr. Sarabando, acrescentando que ao currículo que foi invocado já nesta Assembleia, que a edilidade Aveirense, em 82, salvo o erro, atribuiu a Medalha de Prata ao cidadão João Sarabando pela sua humanidade, pelo seu saber, pelo que escreveu, enfim por ser um homem de cultura que honra o Município de Aveiro, ao relevar isso, quero subscrever a proposta que foi aqui apresentada pelo Presidente da Junta da Freguesia da Glória, dizendo que o voto de pesar é muito pouco, há que fazer perdurar pela forma que a Câmara entender mais conveniente, o nome de João Sarabando que honra todos nós."

Não se registando mais intervenções, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para dizer que a Câmara comunga do voto de pesar, que participou também no funeral de João Sarabando, e que comunga de tudo aquilo que aqui foi dito, estando de igual modo

receptiva à proposta formulada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Glória, que vai no sentido de atribuir o nome de João Sarabando a uma artéria da Freguesia da Glória.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, deu por encerrada a primeira parte dos trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

2ª PARTE

Pelas 21,30 Horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Rogério da Silva Leitão, Presidente, António de Sousa Dinis Correia, Primeiro Secretário, João Gabriel Ferreira Santos, Segundo Secretário e com os Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, João Pedro Simões Dias, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Carlos Manuel da Silva Santos, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Élio Manuel Delgado da Maia, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, Vítor Manuel da Silva Martins, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Joaquim António Calheiros da Silveira e Libério da Silva Santos.

Seguidamente retomou-se o período de antes da ordem do dia:

Vogal Artur da Rosa Pires:

"Sr. Presidente, gostava de retomar um tema que já foi aqui discutido, em cuja discussão não pude participar, mas em relação ao qual eu queria deixar muito claro a minha posição pessoal, que é a questão da Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização. Sinto este

problema com uma grande convicção e não ficaria bem comigo próprio se não viesse aqui levantar esta questão; gostava de levantar sobretudo para sublinhar dois aspectos que eu considero chave: primeiro, a Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização, a meu ver contém a essência do que é o desafio político para os próximos anos em Aveiro, e o principal desafio político, é saber se os Partidos presentes na Assembleia, e os Partidos presentes neste município, são ou não capazes de criar uma base de cooperação tão sólida, tão espessa quanto possível, sem que se esbata a individualidade de cada uma das propostas; este é para mim o principal desafio político nos próximos anos em Aveiro: somos ou não somos capazes de cooperar de forma intensa sem que se esbatam as nossas indetidades? e, é importante para os próximos anos, porque todos nós sabemos que vimos de um processo de um modelo de gestão muito centralizado, muito personalizado, e o próprio protagonista principal deste modelo, reconheceu nesta Assembleia, que de alguma forma este modelo estava esgotado. É preciso inovação social na gestão do nosso Município. E, esta Comissão de Acompanhamento a meu ver, poderia ser um primeiro passo nesse sentido, mais, eu julgo que era uma boa oportunidade para esta Assembleia de alguma forma apontar caminho à própria sociedade civil, uma vez que o que faz falta em Aveiro, na minha opinião pessoal, é, perante a força individual dos seus diferentes actores e agentes económicos e culturais, haver sinergia, haver articulação e as pessoas aperceberem-se que há um interesse unificador, que há o interesse do desenvolvimento de Aveiro, que unifica a diversidade de interesses e lógicas individuais de encarar as diferentes questões. Portanto sobre este aspecto, acho que a Comissão de Acompanhamento era extremamente importante. Podemos perguntar se será importante o trabalho do Plano de Urbanização, eu digo que é de facto óbvio que é importantíssimo, se nós nos lembrarmos da discussão que houve sobre o Plano Director Municipal e recordarmos aquilo que várias bancadas apresentaram sobre as principais fragilidades, sobre o que falhou em relação ao PDM, havia questões chave para Aveiro que não foram abordadas, nós não queremos obviamente que o Plano de urbanização faça isso, que aconteça o mesmo, havia questões que tinham sido mal abordadas, esta Comissão de Acompanhamento poderia contribuir para que isto não acontecesse, a importância desta Comissão de Acompanhamento é óbvia face à

discussão que houve sobre o Plano Director Municipal, eu diria, pelo facto do PDM ter sido fragilizado, ainda faz sobressair mais a importância de que o Plano de Urbanização seja um Plano forte e que seja um Plano que possa contemplar desde o princípio um conjunto de preocupações que estiveram de facto ausentes no PDM. Depois, este Plano de Urbanização, vai obviamente apontar critérios, para uma série bastante numerosa de Planos de Pormenor que se vão seguir e portanto há todo um fluxo de consequências que este Plano de Urbanização vai gerar, e das duas uma, ou nós criamos critérios que de facto balizem as nossas opções e as nossas decisões sobre os Planos de Pormenor ou vamos voltar a uma situação idêntica à do PDM.

Não gostava de acabar, sem dizer que não considero que esta tarefa sejam apenas facilidades e que haja apenas voluntarismo; eu queria dizer que um Plano de Urbanização é sempre um Plano controverso porque mexe com interesses diversificados e obviamente vai criar descontentamentos, mas a isso, diria que por maioria de razão em Aveiro, é provável que surjam problemas, e é provável porque a política urbanística da Câmara, todos nós sabemos que é controversa, tem sido controversa ao longo dos anos; ao elaborarmos o Plano de Urbanização iremos provavelmente ser confrontados com formas de actuação com a qual discordamos e pretendemos acabar com elas, e portanto isto pode gerar conflitos, não há uma ideia de facilidade da minha parte, há a consciência de que pode haver problemas, mas acho que vale a pena tentar, eu gostava de dizer que a forma desajeitada como a Câmara também convocou esta Comissão, mostra que há ainda caminho a percorrer e que esse caminho não está isento de escolhos, mas face ao desafio acho que vale a pena tentar."

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Olinto Ravara, Vitor Mangerão e Álvaro do Bem.

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, no passado domingo, dia 25, transmitiu a TVI um programa dedicado à região de Aveiro, vimos com agrado a presença do Sr. Presidente da Câmara a ser entrevistado junto aos muros do Canal. Achamos que V. Ex^a Sr. Presidente da Câmara perdeu uma grande oportunidade de chamar a atenção de mostrar a imagem do vergonhoso estado em que se encontram as margens dos canais, ao não fazer

qualquer referência aos mesmos, e, ao mesmo, aproveitar para responsabilizar a JAPA, que desde o ano de 1958 nada fez em benefício dos Canais que limitam a cidade.

No mesmo programa assistimos à imagem que a Câmara nos dá, da sua falta de sensibilidade, da falta de respeito pela cultura Aveirense, da falta de amor às raízes culturais da nossa terra.

Enfim! Só pode acreditar quem viu.

Refiro-me à apresentação e promoção da arte cultural das nossas raízes artísticas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Câmara apresenta e promove como raízes artísticas de Aveiro, "Fados de Lisboa", esquecendo-se da riqueza dos nossos grupos artísticos culturais com raízes Aveirenses.

Falando de Canais,

Numa reunião camarária do mês passado, V. Ex^a referindo-se ao estado das margens dos Canais, disse, que já não esperava mais.

Caso a JAPA não participasse nos custos, a Câmara iniciava a obra e ao mesmo tempo, começava a exigir a desanexação dos limites da Ria.

Gostava de ser informado em que ponto está este assunto, ou vamos continuar a lamentar o estado degradado em que se encontram os Canais.

Sr. Presidente;

Continuado a questionar a zona ribeirinha da Freguesia da Vera-Cruz, chamava a atenção de V. Ex^a para a injustiça continua com que se defrontam os seus habitantes.

Quando há cheias, sujeitam-se aos sacrifícios que o mau tempo lhes impõe, além deste sacrifício, todos aqueles que habitam a 50m do domínio público marítimo, (ou seja a 50m das margens dos canais) pagam uma taxa injusta à JAPA, proporcional à área ocupada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados;

Consideramos e consideram-se os habitantes da zona da Beira-Mar, injustamente e duplamente tributados. Pagam contribuições Autárquicas e taxa de ocupação do domínio público marítimo.

Já sabemos que a culpa é da lei, e, respectivamente dos sucessivos governos.

Será que a Câmara alguma vez fez qualquer coisa ou tomou alguma iniciativa para colmatar estas injustiças, ou beneficiar quem tanto tem sido injustamente lesado.

Sr. Presidente;

Visto que a JAPA nada fez pelos canais da cidade e seus contribuintes, visto que a Câmara neste momento pouco pode fazer contra os benefícios morais e injustos que a JAPA auferem em contribuições, o mínimo que nós pedimos, por uma questão de justiça, é que na contribuição autárquica seja descontado a taxa paga à JAPA pela ocupação do domínio público marítimo.

Será uma forma desta Câmara demonstrar o quanto se interessa pelos habitantes do nosso concelho, constantemente sacrificados.

Outra questão!

Como pode a PC Gáz, numa situação desordenada e sem critério, esburacar e fechar Ruas ao mesmo tempo, pondo em causa a normal situação do trânsito no centro da cidade. Ao mesmo tempo que fecharam a Av. Dr. Lourenço Peixinho, fecharam a Rua Visconde da Granja, Rua do Gravito e Rua de Sá.

Como é que isto pode acontecer!

A Freguesia da Vera-Cruz, ficou fechada sem se poder transitar, ainda hoje, além das Ruas citadas, também não se pode transitar na Rua Engº Von Haffe e Guilherme Gomes Fernandes.

A tipo de exemplo, informo esta Câmara do seguinte:

Quando a PC Gáz começou com as obras em Coimbra e começou a remendar os Pavimentos como tem sido feito em Aveiro, a Câmara de Coimbra exigiu a reparação das Ruas convenientemente, caso contrário embargava as obras.

Em Aveiro o que tem acontecido?

A Telecom esburaca de um lado e remenda

A PC Gáz esburaca do outro lado e remenda

A TV Cabo esburaca mais ao lado e remenda

A Pluricanal esburaca mais ao lado e remenda

Depois tem que ser a Câmara a abarcar com os prejuízos ao ter que asfaltar a totalidade das Ruas.

Sr. Presidente;

Pedia-lhe mais rigor com estas empresas, e que sejam elas em conjunto a reparar convenientemente as Ruas da Cidade.

Para terminar, aproveito para fazer uma referência aos Serviços Municipalizados.

Seria importante que se coordenasse de maneira satisfatória os arranjos das Ruas, depois dos estragos feitos pelos Serviços Municipalizados, quando das reparações das canalizações.

Existem Ruas, e neste caso, a Rua do Carril, onde já vai para quatro meses que os canos foram reparados e a Rua continua intransitável.

Todos os anos os Serviços Municipalizados aumentam as taxas do consumo da água.

Todos os anos os Serviços Municipalizados fazem uma sensibilização ao público para poupar a água.

Sr. Presidente;

Constantemente tem sido chamado à atenção do mau estado em que sai a água das torneiras, de uma maneira geral cheia de barro.

Sr. Presidente;

Constantemente devido a esta ocorrência, ficamos com grandes prejuízos em roupas estragadas e ao mesmo tempo, passamos a ter um aumento de consumo de água, que somos obrigados a pagar indevidamente.

Gostava de ser informado de como podemos ser devidamente indemnizados destes prejuízos causados pelos serviços".

Vogal Custódio Ramos:

"Pedi a palavra na sequência da intervenção há momentos do Sr. Prof. Rosa Pires; obviamente que não vou contestar a visão do Sr. Professor, mas o que me permite é discordar que face às circunstâncias em que a questão da constituição e do funcionamento da referida Comissão de Acompanhamento, face às circunstâncias o que nos levou por parte da bancada do PS a não alinhar na integração da referida Comissão, e sem pretender repetir o que foi dito naquela noite, cumpre dizer que seguir, e talvez fosse bem que seguissemos as ideias do Sr. Professor, isso implicava a meu ver uma profunda inversão, uma profunda mudança na perspectiva do funcionamento desta Assembleia, quando digo na perspectiva, quero dizer na óptica em que a Câmara sempre olhou esta Assembleia e que ainda hoje num officio lacónico dirigido à Mesa desta Assembleia, foi patente; a mim não me passou despercebido, quando o Sr.

Presidente da Mesa desta Assembleia disse que tem em seu poder correspondência que fixa as instalações da Assembleia, como o Gabinete que foi outrora da Cultura, como que este piso só tivesse este salão, uma pobre casa de banho que já não cumpre as normas legais, nem para homens nem para mulheres, e um cubículo ali do lado esquerdo. Tenho visitado algumas cidades deste país onde encontro: Edifício da Câmara Municipal; Edifício da Assembleia Municipal. Em Aveiro, há dezassete ou dezoito anos, em que o CDS domina o Município e ignorou a democracia que funciona no seio desta Assembleia. Talvez o Sr. Prof. Celso, queira agora dar um ar, a dois anos de distância do mandato, um cheirinho de democracia, e quando eu digo democracia, não é só aquela formal, porque aquela formal obviamente que toda a gente tem, até os trabalhadores têm, até para levar porrada; agora a questão é a democracia de participação que o Sr. Professor defende e que eu concordo, que subscrevo, só que não alinho nas circunstâncias em que isto acontece. Digo o seguinte: se esta Assembleia tivesse a dignidade, se lhe fosse dada a dignidade que ela merece, isto não seria hoje o Salão Cultural, isto hoje seria o edifício da Assembleia Municipal de Aveiro; porque de cultura, e eu que já fui Vereador com esse Pelouro, sei muito bem quais são e foram as condições físicas inerentes a esse pelouro; talvez o Palácio dos Congressos esteja vazio durante horas, durante o dia, e talvez não esteja a ser distribuído bem pelas Associações Culturais, há muita coisa a fazer nessa matéria, mas eu não me perco por aí, só quero dizer que espaços para a cultura há muitos hoje em Aveiro, talvez até demais em função da actividade cultural que se desenvolve ou que se incentiva.

Diria que não seria demais termos aqui um "fórum permanente", com gabinetes, com livros, com leis, com tudo para nos assessorar, e nós por vezes em vez de estarmos no café, até podíamos vir aqui consultar um livro, uma lei, aqueles processos que a Mesa nos aconselhou, etc.. meus Srs., se querem colaboração entre órgãos municipais Câmara/Assembleia, pois dêem-lhe as condições que nós merecemos; nós não escolhemos estas condições, agora quererem que colaboremos em fórum's, como já foi pedido mais um, como o Sr. Presidente preconiza para o Mercado Manuel Firmino, querem que participemos? pois dêem-lhe as condições; ainda há momentos falaram aqui em frio nesta sala, isto tem algumas condições para o efeito? estas

mesas foram mandadas fazer no meu tempo, substituam estas mesas...! isto não tem condições nem para os jornalistas nem para ninguém...! dêem condições às pessoas! e a questão não é só do ponto de vista das condições é a da perspectiva, da óptica em que vêem esta Assembleia, querem-na ver numa nova óptica? pois demonstrem-no! eu não falo na questão pessoal, porque eu, o Prof. Rosa Pires, qualquer um de nós do ponto de vista humano pessoal, temos as melhores relações com o Sr. Presidente, com o Sr. Vereador a),b) ou c), a questão não é essa, a questão é do ponto de vista do relacionamento entre órgãos, e então, reguladas as instituições, que aliás a Mesa toda do CDS reflecte o passado, se fosse hoje porventura nessa óptica de colaboração o PS e o PSD tinham alinhado em ter um Secretário na Mesa a colaborar com o Dr. Rogério Leitão, naquele tempo nós não quisemos! então vamos reformular tudo, vamos reformular até o próprio Regimento em que eu sou um dos culpados porque ajudei a redigir naquelas circunstâncias, tudo isto meus amigos, querem colaboração, então vamos dar um passo em frente, clarifiquem-se as regras do jogo e estaremos dispostos a isso, agora embarcar conforme eu antevi na questão do acompanhamento para um Plano de Urbanização apenas, porque não para o Plano Estratégico? porque não para o conjunto dos Planos de Pormenor? porque não Comissões permanentes? para a Cultura, para a toponímia etc., querem cooperação constituam Comissões, o Regimento prevê, uma para a Cultura, outra para o Urbanismo, outra para o Desporto etc, etc., agora uma só para aquilo, e que me desculpe o Prof. Celso, só para aquilo que o Sr. Presidente da Câmara se dispõe, o Mercado Manuel Firmino, por exemplo, o P.U., por exemplo, eu aí digo não concordo. E no que toca aos espaços, dêem-nos as condições, com os funcionários que o Regimento prevê, falta lá um, nunca cumpriram, e com equipamento adequado.

Finalmente, sobre a questão dos buracos desta cidade, eu já previa isso, é que a Câmara perdeu o controlo, as empresas que estão a abrir os buracos para a canalização do gás, estão a utilizar as facilidades que encontraram, Aveiro é assim, as pessoas são assim, concordam com tudo, aqui não há o direito à indignação, aqui alinha-se com tudo e a Câmara assiste a tudo, a Câmara perdeu o controle disto tudo e não devia perder esse controle.

A questão dos lixos está a agradar de certo modo, o modo como a empresa funciona; importa fazer um regulamento aprovado pela Câmara e proposto a esta Assembleia, sobre horários e outras regras nesta matéria."

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Jorge Nascimento e José Arménio Sequeira Pereira.

Vogal António Salavessa:

"Espero que esta sensibilidade que há em relação à questão dos buracos nos pavimentos, seja transmitida aos nossos governantes, no sentido de haver as alterações legislativas que permitam ao município exercer a autoridade nesta questão dos buracos que são abertos sem que o município seja tido nem achado, seja por entidades públicas, seja por entidades de direito privado, como é o caso do gás; já que é tão defendido o princípio de que quem prejudica paga, seria bom que esse tipo de encargos fosse de facto facturado pelo município a esse tipo de entidades e, nomeadamente a Telecom, a partir do momento da sua privatização também deveria ser sujeita a esse tipo de compromissos.

Relativamente à questão da regionalização, queria dar conhecimento à Assembleia de que o PCP apresentou um projecto de lei na Assembleia da República sobre a regionalização e queria ter oportunidade de explicar em traços muito rápidos o que é que o PCP propõe com este projecto: propõe acima de tudo dar início novamente ao processo da discussão e de implementação da regionalização, pretende definir uma área de partida que não é necessariamente uma área de chegada para cada região administrativa e pretende pôr à discussão alguns princípios que são fundamentais para o entendimento do processo e para o seu efectivo arranque. O PCP, como é conhecido, apresentou uma área de partida que é a Beira Litoral, englobando na sua totalidade os distritos de Viseu, Aveiro e Coimbra, entretanto não podemos limitar-nos a apreciar esta intenção apenas por isto, trata-se de ser considerado como disse de um ponto de partida, sobre os quais as Assembleias Municipais terão que se pronunciar duas vezes, tal como é proposto no projecto lei do PCP, um para estar de acordo com esta área de partida e o outro para autorizar a implementação no concreto da área, mas acima de tudo o que é inovador neste projecto, são dois princípios: o princípio de que a região não tem necessariamente uma capital, portanto não é necessário haver

uma capital para a região administrativa e que estas regiões devem ser polinucleadas, isto é, quer as instituições do poder regional quer os serviços desconcentrados do Estado e os serviços regionais devem ser distribuídos através de uma lei da República pelos diferentes núcleos dessa região. Trata-se portanto de um princípio completamente inovador e que pode abrir de facto caminho à regionalização numa perspectiva particular em relação a Aveiro. Entendo que esta proposta pode, independentemente do facto de haver ou não haver capital, ou de ser polinucleada, pode favorecer alguma centralidade de Aveiro em relação ao conjunto da região; não uma centralidade que seja imposta por lei, mas uma centralidade que resulta da dinâmica desta subregião enquanto tal, é uma vantagem que parece por demais evidente. Por outro lado, como o que se passou de facto ao longo destes anos foi a perda de importância relativa de Aveiro em relação à sede da CCRC, em relação a Coimbra, com o desaparecimento sucessivo de estruturas ou a subalternização de estruturas que aqui estavam sedeadas, para Coimbra, portanto qualquer coisa que seja criada agora, ou a sede da Junta Regional ou da Assembleia Regional ou a sede de algumas das estruturas regionais que existem neste momento, serem deslocadas de Coimbra para outros polos desta região, será sempre um ganho em relação à situação que hoje existe de facto, daí que entendo que é um projecto que além do seu interesse geral tem um interesse particular para Aveiro.

Queria referir-me também ao facto da discussão das Finanças do Orçamento de Estado estar a decorrer na Assembleia da República; é uma questão que tem a ver com o poder local, muito daquilo que é determinado no Orçamento de Estado tem a ver com o trabalho que se desenvolva na autarquia, independentemente da discordância que temos em relação a algumas das utilizações desses dinheiros e às prioridades que são definidas com as quais como é sabido discordamos e discordamos frequentemente; enquanto membro de um órgão do poder local tenho a considerar e a lamentar que ainda não seja desta vez que se veja cumprido a lei das Finanças Locais e sejam satisfeitas as reivindicações das autarquais em relação ao poder central. Tenho perante mim uma moção, uma tomada de posição, tomada por unanimidade de aclamação no Conselho Geral da Associação de Municípios Portugueses, em que se pede ao Governo para rectificar o valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro

inscrito na proposta de lei, respeitando e cumprindo a lei das Finanças Locais, em que se pede que os municípios sejam compensados pelas isenções e reduções da contribuição autárquica e de sisa, em que se pede a inscrição de verba correspondente ao acréscimo de encargos suportados pelos municípios, em resultado do agravamento dos transportes escolares gratuitos, de seis para nove anos de escolaridade, portanto é um conjunto de reivindicações que queria deixar aqui, não através de uma proposta, mas através da expressão de um sentimento de apoio inequívoco a esta posição que foi aprovada repito por unanimidade e aclamação no Conselho Geral da Associação de Municípios Portugueses.

Por último, penso que é importante que esta Assembleia se pronuncie à cerca dos atrasos e das poucas perspectivas que existem em relação ao alargamento do IP5 e em relação à efectiva transformação da E.N. 109, num verdadeiro itinerário complementar que vemos mais uma vez adiado e que não está inscrito no PIDAC para este ano. Penso que seria muito mau se esta Assembleia se realizasse hoje, sem haver um protesto junto do Governo pelo facto de não se avançar com o IC1 de maneira a resolver os problemas que todos conhecemos nesta região, dificuldades de trânsito no sentido paralelo ao litoral."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Artur Lopes Lobo.

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, habitualmente observador do que se passa no nosso concelho e nos outros, prezo-me felizmente de viajar com alguma frequência, e o fenómeno da vida autárquica está sempre presente nas análises que faço e daquilo que vejo à minha volta e, nomeadamente na questão das valas aqui hoje levantada, na reposição de valas, na colocação de infraestruturas, há concelhos e Câmaras Municipais que cuidam de que os empreiteiros tapem de imediato as valas, há meios técnicos para o fazer e conheço alguns casos que posso citar, em que as valas são abertas e são tapadas no mesmo dia, isso devia de ser uma exigência que devia presidir às obrigações das empresas que trabalham na área do concelho, que efectivamente estão a causar mau estar e problemas a toda a gente na área da cidade e que nós apesar de rurais também sentimos obviamente.

Apelo também que se esventre a freguesia de Oliveirinha para colocar todas estas infraestruturas; nós não temos uma vala aberta para pormos uma rede de esgotos, não temos uma vala aberta para pormos a rede de gás, não temos uma vala aberta para pormos a TV Cabo, e gostaríamos também de ter isso; mais uma vez se constata que nós somos cidadãos de segunda num município cuja dimensão até é bem pequena. Era bom que as pessoas se preocupassem um pouco mais com o concelho rural e que quando fossem feitos investimentos para as grandes multinacionais ou os grupos económicos nacionais que investem nessas novas áreas, que a Câmara de Aveiro cuidasse de assegurar que os critérios de investimento no concelho de Aveiro não fossem meramente de rentabilidade imediata do projecto, porque se a Câmara quiser pode impôr isso, mas que os obrigasse a estender esse investimento para além da cidade, respeitando assim as populações residentes nesses espaços.

Queria pôr aqui a questão uma vez mais dos graves problemas que estão a ser criados pelo Regulamento do PDM, e fiquei muito surpreendido ao ler uma entrevista no "Diário Regional", do Sr. Presidente da Câmara, onde dizia: "que não era intenção da Câmara propôr uma revisão do PDM", fiquei perplexo porque aquilo que me tem andado a ser dito é outra coisa Sr. Presidente e Sr. Vereador das obras; admito que a dificuldade em rever o Plano é grande, mas também temos que convir que o Plano não presta, foi o próprio Sr. Arqtº Fernandes de Sá que reconheceu que estava desactualizado e que não serve às populações, nomeadamente rurais deste concelho; e, se não é possível rever o Plano no seu todo, eu peço e pergunto à Câmara, se é pelo menos possível rever à parte, o Regulamento desse mesmo Plano, porque as questões mais gravosas estão-nos a surgir pela aplicação desse Regulamento, no espaço rural."

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Raul Martins, começou por se referir ao problema da reposição de pavimentos e dos buracos nas estradas, uma vez que a maior parte das ruas da cidade e da zona envolvente do concelho estão perfeitamente intransitáveis e, em sua opinião sem solução aparente: vão-se fazendo uns remendos sem se atacar o problema de forma a resolvê-lo definitivamente; a sinalização também é feita pelos S.M.A., da forma mais inconcebível, a forma agora mais corrente é colocar um bidon cheio de pedras, para as pessoas

saberem que se encontra lá um buraco, o que pode causar efectivamente acidentes graves.

Prosseguindo, referiu-se à má qualidade da pavimentação da Rua Cega em S. Bernardo, problema esse que já teve oportunidade de o levantar em anteriores reuniões deste órgão, tendo-lhe sido dito então pelo Vereador Vitor Silva que não havia qualquer problema porque a Câmara ainda não tinha pago o trabalho ao empreiteiro. Da segunda vez que o problema foi levantado, o Vereador Vitor Silva, disse que se estava a tentar pôr umas recargas com vista à estabilização do pavimento, para posteriormente se colocar uma camada de betuminoso por cima; à terceira vez já a culpa não era do empreiteiro, era da Câmara, e portanto a Câmara é que tem que pagar a reposição de pavimento. Até ao momento nem o empreiteiro nem a Câmara Municipal encontraram uma solução para o problema, o terreno não estabiliza e quem passa naquela Rua tem de facto dificuldades em transitar; enfim, trata-se de uma situação que é de lamentar, se não fôr o empreiteiro a resolver o problema vai concerteza acarretar prejuízos enormes ao erário municipal, prejuízos que ao fim e ao cabo somos todos nós que temos que pagar através dos impostos e por isso, disse custar-lhe ver que os impostos que paga sejam tão malbaratados pela Câmara Municipal.

Referindo-se de seguida à projectada recuperação da casa de Eça de Queirós em Verdemilho, a qual tem vindo a ser contemplada nos Orçamentos Municipais dos últimos quatro anos, com verbas destinadas à sua recuperação, já teve dez mil contos, cinco mil contos, por duas vezes, e este ano tem três mil contos. Isto significa que, quando se tinha dez mil contos não se fez nada, este ano vai estar pior. Para quando o arranque da obra?

Continuando no uso da palavra, salientou a necessidade de colocação de esgotos no lugar do Bonsucesso.

Relativamente à empresa que faz a recolha de lixos fez as seguintes considerações: *"tanto quanto eu saiba a adjudicação foi feita à "Mota e Dragados"; os carros trazem uma coisa escrita que diz "SUMA", isto é a abreviatura de "Mota e Dragados"? é alguma subempreiteira, é uma sub-contratação? são carros da "Mota e Dragados" que seivem para vários Municípios? gostava de saber isso.*

Já agora, também gostava de saber se efectivamente nos termos do que estava combinado, acordado, contratado, eles ficaram com o equipamento que era da Câmara? porque não tenho visto nenhum equipamento desse a circular e também me causa alguma espécie que eles tenham pegado no equipamento que estava previsto vender no contrato por cerca de 40 mil contos e pura e simplesmente o tenham metido para o lixo; foi transferido? ou à última hora não foi transferido?

Outro problema prende-se com o pessoal: quando foi da discussão do Orçamento, estranhou-se muito que estivessem duplicadas as verbas; é óbvio que na altura ninguém reparou que, obviamente o técnico que fez o Orçamento fê-lo muito bem, porque introduziu também as verbas do pessoal no Orçamento normal da Câmara, porque o pessoal podia ou não sair da Câmara para ir para a empresa privada e, inclusivamente poderia haver meses durante o ano em que ainda não estava a empresa privada a trabalhar, portanto a Câmara é que tinha que pagar e portanto teria de haver verba para ocorrer a esses pagamentos. Mas, o que eu gostaria de saber, é se de facto há uma duplicação, ou melhor, queria saber quantos funcionários da Câmara é que deixaram de ser funcionários da Câmara e passaram para a empresa privada? segundo: passaram porquê? terceiro, os funcionários da Câmara que estão a trabalhar na empresa privada e continuam a ser funcionários da Câmara recebem alguma subvenção especial por trabalharem agora na empresa privada? isto é: eles que se declaravam indisponíveis por trabalharem a determinadas horas e por determinado tempo na Câmara, estão agora disponíveis pelo mesmo dinheiro que a Câmara lhes paga a trabalharem mais ou recebem algum dinheiro por fora? como é que isso está a ser feito?"

Vogal Cruz Tavares:

"Sr. Presidente, em relação à Comissão de Acompanhamento, do Plano de Urbanização da cidade, parece que ficou clara a importância dessa acção em coadjuvar a equipa que está a trabalhar no Plano e também a coadjuvar o trabalho da Câmara; mas também me pareceu claro que há uma bancada que é a do Partido Socialista, que em princípio não vai participar nessa Comissão de Acompanhamento. A minha opinião em relação a este assunto, tal como em relação ao acompanhamento eventual que vier a surgir ou a ser proposto para, por exemplo, o Plano

Estratégico, é que a cidade, quer no aspecto de Planos de Urbanização, quer no aspecto de Planos Estratégicos, a cidade não se resume à Assembleia Municipal, nem se resume muito menos à Câmara; não podemos arrogar-nos a exclusividade da representação da cidade, a cidade não se reduz a Aveiro, Aveiro não se reduz à Câmara, não se reduz à Assembleia, e, talvez o mais importante esteja fora dos órgãos do poder e das instituições; no caso do Plano de Urbanização surgiu aqui a ideia de que era útil a criação de uma Comissão de Acompanhamento; essa ideia não germinou, não foi aceite por unanimidade, principalmente pela oposição, que é neste caso aquilo que me parece mais importante, uma vez que os pontos de vista do poder já os conhecemos e, como a oposição sabe esses pontos de vista não tiveram grandes resultados, pelo contrário, foram a origem de hoje se conhecer a nossa cidade um pouco associada a um discurso quase de escárnio e de maldizer, em relação a nós todos, por termos realmente mantido e apoiado estes pontos de vista que têm pervalecido durante tanto tempo. Portanto, parecer-me-ia que seria muito útil a essa Comissão de Acompanhamento, se ela fosse integrada pela totalidade das forças políticas de toda a Assembleia, parece-me que isso não vai acontecer; nesse caso, ou há uma Comissão de Acompanhamento que represente todas as forças políticas, ou será mais conveniente dar o seu a seu dono e dar à Câmara a possibilidade de assumir por inteiro com a força política que a apoia, dar-lhe por inteiro a responsabilidade da paternidade desse Plano de Urbanização: é a minha opinião, caso o PS não mude de opinião.

Relativamente à regionalização, o Sr. Salavessa, revelou aqui uma faceta nova do PCP, que nos habituou ao longo de tantos e tantos anos na sacralização do seu assim chamado: "centralismo democrático". O Sr. Salavessa, diz-nos que o projecto de regionalização apresentado pelo PCP, previa uma região com Viseu, Aveiro e Coimbra. O centralismo, vem a propósito de recentemente os Srs Deputados do PCP do distrito de Viseu, defenderem contra as opiniões do seu Partido, que Viseu devia ser uma região única. Sr. Salavessa, isto há uma contradição aqui, é evidente que isto não é acabado, haverá muita discussão, mas se o PCP realmente começa com estas contradições logo no início da discussão e no seio do normalmente tão centralizado seio dos seu Deputados, dá-me a ideia que vai ajudar a lançar ainda mais a confusão na discussão. O Sr. Deputado

Salavessa e o seu Partido, também não têm estado atentos a esta discussão, porque desde há muito que está adquirindo na discussão que têm surgido sobre isso, inclusivamente na discussão que deu origem à publicação de um livro branco sobre a regionalização, que uma coisa é a desconcentração, que o Sr. Salavessa falou, outra coisa bem diferente e que é reclamado por todos ou quase todos, pelos vistos à excepção do PCP, é que não se pretende desconcentração nenhuma, pretende-se é uma descentralização. A outra parte da sua intervenção eu apoio-a inteiramente, quando refere que o IP5 foi relegado para as "calendas gregas". Junto o meu protesto ao seu protesto, sobretudo depois de ouvir da boca de um responsável governamental, João Cravinho, classificar o IP5 como uma obra não prioritária, "não tem esgotada a sua capacidade de escoamento de tráfego", portanto uma auto-estrada é uma coisa que não é para já. Realmente isto não abona em relação à formação técnica do Sr. Eng^o João Cravinho, muito menos à sua visão política, na medida em que o IP5 não é uma via de tráfego que esteja esgotada, está longe disso, é uma via que está realmente ainda em condições de absorver mais trânsito, mas é sobretudo uma via que está errada, tem mais capacidade de trânsito, mas também tem mais capacidade de geração de acidentes; é isto que não se pode admitir a um técnico. O IP5 é uma aberração técnica, do ponto de vista rodoviário, o governo de então não se apercebeu disso, a sociedade civil, através dos próprios construtores alertaram para o facto daquilo ser uma obra errada, e não há neste momento a coragem de dizer: aquilo tem mais capacidade de tráfego, mas é uma obra que tem que ser imediatamente substituída por uma auto-estrada com as condições de segurança dignas de um País que pertence à U.E.

Vogal António Salavessa:

" Sr. Eng^o Cruz Tavares, de facto, reconheço-lhe a qualidade de ser uma pessoa atenta e portanto viu de facto alguma coisa de diferente em relação a esta questão; sobre isso queria dizer o seguinte: não é a existência normalmente de uma tomada de posição pública de alguma maneira única ou coerente em todo o país por parte dos militantes do PCP, não significa que não haja diferenças de opinião, elas existem nomeadamente no plano local, mas são diferenças de opinião que são derimidas dentro do Partido e que normalmente não transparecem para o exterior; estamos obviamente perante um caso em que essas diferenças

de opinião transpareceram para o exterior e têm apenas esse valor; não por parte de um Deputado do PCP por Viseu, porque infelizmente não há Deputado do PCP por Viseu, mas por parte de elementos do PCP em Viseu. De qualquer forma aquilo que afirmei nesta Assembleia, corresponde em absoluto ao entendimento que o Partido tem em relação a este problema, e que não tenho também pejo nenhum em afirmar que corresponde de alguma maneira ao meu entendimento particular sobre esta matéria.

Quanto a descentralização e desconcentração, é óbvio que o que nós pretendemos é uma grande descentralização de competências por parte do poder central, para os poderes regionais a instituir, aí de facto, descentralização; mas é também óbvio que irão sempre subsistir competências próprias que pertencem ao poder central e que estão organizadas em serviços do poder central que também têm que ser desconcentrados nas regiões, são dois conceitos diferentes mas que são complementares, não são opostos, o máximo de descentralização deve ser acompanhado também por desconcentração de serviços do poder central nas regiões; seja as sedes dos serviços regionais próprios da região administrativa, seja as instituições desconcentradas do Estado nas regiões, que devem ser distribuídas pelos diversos núcleos de cada região administrativa."

Vogal João Pedro Dias:

"Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, dois assuntos motivam esta intervenção, o primeiro era para fazer um quase protesto que diz respeito a um assunto já aqui abordado e que tem a ver com a questão do IP5; quando eu falo em quase protesto, eu explico aquilo que quero dizer: é uma expressão que pretende traduzir um grande pesar pelo facto do IP5, ao que parece, não se vir a transformar numa auto-estrada ou não vir a conhecer em paralelo uma auto-estrada; mas não é um protesto completo, porque parece, a fazer fé naquilo que foi dito, que isso nunca existiu ou que terá sido apenas uma ideia de um Sr. Ministro que sonhou uma vez fazer alguma coisa a que iria dar o nome de A14 e que o Sr. Ministro que lhe sucedeu, vem dizer publicamente que não encontrou rigorosamente nada escrito, nada planeado, nada previsto, estou a fazer fé nas informações que vieram a público. Logo, eu não posso protestar a não construção de uma auto-estrada que nunca esteve prevista; limito-me

portanto, se mo permitem, a um quase protesto, isto é, a expressar o pesar, o sentir, porque essa ideia que parece que mais não é que uma ideia, não vá para a frente. Por outro lado, não posso deixar de registar, ouvir hoje aqui dizer que o IP5 é um buraco autêntico, toda a gente sabe que sim, não tenho nada que estar a defender o Sr. Ministro João Cravinho, não me consta que ele tenha alguma responsabilidade na construção do IP5, creio que não era Ministro nessa altura. Este era o primeiro tema que motivou a minha intervenção.

A segunda questão é mais de âmbito nacional. Com todo o respeito, penso que já várias vezes esta Assembleia tem falado na questão da regionalização, mas tem-no feito de uma forma muito pouco sólida, isto é, dizem-se algumas coisas sobre a regionalização, fala-se algo sobre a regionalização, mas penso que no momento "H" as pessoas ainda não encararam de frente a questão da regionalização. Vou apresentar à Mesa um requerimento no sentido de vir a ser convocada com urgência uma sessão extraordinária desta Assembleia, especificamente para falar sobre a questão da regionalização, porque creio que é a altura de toda a gente assumir as suas responsabilidades, e desta Assembleia de uma vez por todas dizer aquilo que pensa sem deixar de ter bem presente que isto é um tema que corta transversalmente todos os Partidos, que eventualmente a única pessoa que aqui estará mais ou menos tranquila, será o Sr. Salavessa, porque eventualmente não tem ninguém do seu Partido aqui na Assembleia, de quem possa discordar, a menos que discorde de si mesmo, o que não é suposto, mas quanto ao resto meus Srs. não há dúvida que nesta Assembleia, as diferentes forças e as diferentes bancadas, seguramente não têm posições unânimes sobre o assunto; mas nós temos que ter presente e temos que estar atentos e temos que saber que está em curso um processo de revisão da Constituição, e que estão a ser apresentados projectos de regionalização e que estão a ser apresentados projectos de leis eleitorais, que mexem e que têm a ver com isto tudo, e eu não gostava que a Assembleia Municipal, viesse a ser convocada para se pronunciar sobre o que tinha acontecido, sobre uma regionalização que já tivesse sido feita e gostava muito que em nome de uma certa iniciativa política de que por vezes a Assembleia se queixa que não tem, gostava muito que desse o primeiro passo e fosse convocada uma reunião extraordinária para discutir este assunto."

Presidente da Assembleia:

"Dr. Pedro Dias, em relação a esse assunto, é evidente que está previsto a Assembleia ter reuniões extraordinárias para debater determinados temas e, de acordo com essa determinação a Conferência da Representantes reuniu e escolheu determinado tema, não sei se eventualmente terá conhecimento, mas em que o seu Partido se fez representar, e esse tema foi escolhido para a próxima reunião extraordinária. Houve várias propostas e portanto foi seleccionado um determinado tema para a próxima reunião extraordinária. É evidente que se o requerimento é apresentado, a Assembleia é que decide e sobrepõe-se à Conferência de Representantes, mas de qualquer maneira pode haver aqui uma certa confrontação; não sei se este tema merecerá um aprofundamento, uma reflexão mais ponderada, como aliás tem sido feito até agora através da Conferência de Representantes."

Seguiu-se uma breve troca de impressões sobre esta matéria, tendo o Sr. Presidente da Mesa dado entrada do dito requerimento como lhe compete, acrescentando que o requerimento tal como está apresentado não determina datas, por isso pensa que posteriormente se poderá assentar na data mais conveniente novamente com a colaboração da Conferência da Representantes.

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"Parece-me necessário dar um esclarecimento no que toca à eventual participação do PS em qualquer Comissão de Acompanhamento. Julgo que o Sr. Custódio Ramos, foi extremamente claro ao manifestar a sua posição pessoal e ao manifestar alguma crítica sobre o modo como funciona esta Assembleia, sobre as condições que permitam criar Comissões de Acompanhamento, o Partido Socialista enquanto tal não se pronunciou enquanto bancada sobre esse assunto, têm aqui até o seu Presidente da Comissão Política e sobre isso nada foi dito; portanto não está de fora, como não está o contrário, até ao momento que esta bancada venha realmente a fazer-se representar na Comissão de Acompanhamento, não há nenhuma decisão nesse sentido. De todo o modo, e tentando fazer uma síntese das várias intervenções, naquilo que me parece nuclear e essencial, além de algumas questões enfim importantes, mas de natureza não propriamente secundária, mas neste momento menos prioritária, apraz-me registar que houve pelo menos um

consenso nesta Assembleia; das várias bancadas e dos vários Partidos sobressai a preocupação bastante grande, relativamente quer à construção do IC 1 e parece-me essa a questão prioritária neste momento, quer em relação ao eventual alargamento do IP5. Este é sem dúvida aquilo que me parece ter sido o tema fulcral desta Assembleia de hoje, tirando portanto as questões, perdoem-me a expressão, um pouco laterais e domésticas que de algum modo poderiam ter sido tratadas até em Assembleia de Freguesia, enfim e colocadas junto dos respectivos Presidentes de Junta, esta é a questão fundamental de uma Assembleia Municipal hoje aqui reunida ainda em período de antes da ordem do dia, é aquilo que a Assembleia Municipal, da capital do distrito de Aveiro, tem essencialmente para dizer ao Governo do Partido Socialista: queremos a construção do IC1 e queremos que o Sr. Eng^o Cravinho com as qualidades técnicas e a sensibilidade política que lhe é publicamente reconhecida, pense e pondere a possibilidade de realmente se alargar o IP5, porque não está apenas em causa, e isso obviamente é muito importante, o desenvolvimento desta zona, estão em causa vidas humanas, está em causa a própria imagem do nosso País.

Pareceu-me que de todas as bancadas políticas, pessoas de diferentes quadrantes políticos, foi isso que quiseram trazer aqui hoje como mensagem ao Governo do Partido Socialista. Quanto ao resto, gostaria de sintetizar uma outra questão que sobressaiu de todas as outras intervenções anteriores e gostaria de a salientar agradecendo aos Srs. Presidentes da Câmara e da Assembleia que, com o sacrifício que a noite exige me ouvíssem e que é o seguinte: Aveiro está do ponto de vista da nossa representação de facto sem grande energia, revelou-se em todas as intervenções anteriores; é o programa que se faz para a Televisão, onde se não aproveita para reivindicar o que quer que seja; é a questão de todos os muros dos Canais, de uma dupla tributação que afinal de contas não leva a nada, são as questões efectivas do IC1, do IP5, que não são tratadas, a primeira pessoa a dever ter visto isso e a dever ter aproveitado o tempo de antena, deveria salvo o devido respeito, ser o Sr. Presidente da Câmara; o Sr. Presidente da Câmara, tem e deve, salvo o devido respeito, a possibilidade e a obrigação de pedir uma audiência quer ao Primeiro Ministro, quer ao Sr. Eng^o João Cravinho, para reivindicar junto deles essas questões e trazer-nos aqui e à Câmara também obviamente

por maioria de razão, qual foi o resultado dessas conversas, porque é assustador o poder reivindicativo que têm outros concelhos em relação a nós, os próprios lugares políticos, e eu estou à vontade para dizer isso, toda a gente sabe qual é a minha profissão e ela é incompatível com o exercício desses lugares políticos, não estou aqui a reivindicar "jobs for the girls" a esta hora, eu assusta-me a leitura dos jornais e ver que, para mandar na nossa região ou na nossa sub-região ou no nosso distrito, conforme queiram e conforme os casos, estão a ser sucessivamente nomeadas apenas pessoas provenientes na maior parte dos casos, de Coimbra... como é que podem conhecer o que se passa neste distrito? muito mais populoso e economicamente muito mais importante? e, não vejo da parte da Câmara Municipal, uma voz que seja, nem no programa da TVI, nem aqui hoje e portanto em resumo gostaria, deixando de parte por exemplo a questão dos lixos, a questão de saber se por exemplo, a empresa obrigada ao tratamento e destino final dos lixos tem alguma coisa a ver com o facto da FUNFRAP estar a tirar os lixos que devia despejar no aterro, para mais ao lado? Deixemos por agora isso, fiquemo-nos hoje aqui na questão nuclear e essencial, que seria para mim se fosse jornalista: "Assembleia Municipal de Aveiro, das várias bancadas das diferentes sensibilidades políticas, pronunciou-se no sentido de pretender exigir ao Governo, que construa rapidamente o IC1, e considere seriamente o alargamento do IP5, quanto mais não seja, por razões de protecção da vida humana e de imagem do nosso País".

Presidente da Mesa:

"Isso é uma proposta Sra. Dra.?"

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"A proposta concreta é dirigida ao Sr. Presidente da Câmara, no sentido de que ele próprio agende audiências com estes membros do Governo para reivindicar e lhes dê conhecimento disso."

Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente, vou procurar ser telegráfico dado o adiantado da hora.

Em relação à Comissão de Acompanhamento, agrada-me ouvir a Dra. Virgínia Veiga, mas devo lembrar que o Dr. Raul Martins na última reunião teve uma posição muito clara que foi dizer: "o PS não participa". E eu, gostaria de dizer: "o PSD participa" e tem muito gosto em

participar, ainda que o PS não participe, porque a participação nas questões mais importantes da nossa cidade não podem passar ao lado por muitos considerandos que nós aduzamos a essa matéria, e portanto nós teremos muito gosto em colaborar o melhor possível, que pudermos e soubermos, nessa Comissão de Acompanhamento, pelas melhores pessoas, neste caso o Professor, Rosa Pires.

Relativamente à questão do domínio Público Marítimo, creio que este problema que tem surgido entre a Câmara e a JAPA, pode perfeitamente servir para uma ocasião excelente que neste momento está a ser discutida a nível Nacional e que é a questão da transferência da propriedade dos terrenos que pertencem à JAPA, nomeadamente aqueles que estão no nosso domínio, na esfera da nossa acção, para que nós possamos conduzir os destinos da Ria e das margens e acabar com essa promiscuidade que existe, em que cada um empurra a responsabilidade para o outro e não se sabe na verdade quem é que vai resolver os problemas, e o que os cidadãos de Aveiro querem é que os problemas sejam resolvidos por uns ou por outros, e, já agora convidado a uma grande colaboração entre as várias entidades para que resolvam o nosso problema porque é lamentável que os canais continuem a estar na miséria em que estão.

Relativamente à questão do esventramento da cidade, Sr. Presidente da Câmara, dava-lhe uma sugestão: penso que nós estamos com tantas dificuldades em andar na nossa cidade, que é fundamental que se ataque de imediato o problema do estacionamento; a construção de condições em frente à Jerónimo Campos tem que ser acelerada, porque daqui a mais não sabemos onde pôr os carros.

Já agora dou uma sugestão: para que os automobilistas e as pessoas em geral não sofram com este estado calamitoso, sugiro ao Sr. Presidente da Câmara que suspenda os parcometros até que esta situação seja resolvida.

Relativamente às acessibilidades, estou de acordo com tudo aquilo que foi dito; lamento é que venha cá um Secretário de Estado e diga que: "era um crime nós estarmos a pensar na construção do IP5, seja uma via rápida a sério ou seja uma auto-estrada"; aquilo é uma artéria fundamental para o nosso desenvolvimento, e quem não quiser ver isso está a prejudicar e a comprometer o futuro de Aveiro; sei que o Município

de Aveiro já tomou posição, mas deve, em colaboração com os Municípios do IP5, bater o pé forte e feio, e terá o apoio de toda a população de Aveiro nesta matéria. A questão do IC1, também é uma questão vergonhosa, quando é que o IC1 vai ser construído? estamos entupidos por todos os lados, ainda a agravar com a situação das estradas para S. Bernardo, Aradas, Eixo, etc., está-se na verdade a atingir o ponto de ruptura, nós daqui a mais não podemos sair daqui, e no estado em que está o centro da cidade, Sr. Presidente, isto está de facto insustentável.

Gostaria de dar uma nota muito positiva para a exposição "Terra Amada"; em boa hora a Câmara de Aveiro acolheu e promoveu esta exposição; achei muito bem a presença do Sr. Comissário da Expo, ao lado do Sr. Presidente da República, foi uma nota muito positiva e muito digna para a nossa cidade, são exemplos que devem ser seguidos a título de bom aproveitamento daquele magnífico espaço que está ali à disposição de todos os aveirenses e que deve ser rentabilizado, e, estas acção só dignificam a nossa cidade, a nossa região.

Estamos a discutir o Orçamento de Estado na Assembleia da República e devo dizer que Aveiro sai penalizada relativamente aos anos anteriores e o Sr. Presidente da Câmara tem consciência disso, portanto é bom que o Sr. Presidente da Câmara também denuncie essa situação junto do poder central. Temos que afirmar a nossa indignação, e se nunca fomos pecos a afirmá-la no passado, muito menos o deveremos ser agora; é sinal de responsabilidade, de consciencialização e de exigência na afirmação dos direitos que nós temos que exigir.

Relativamente à questão da regionalização, entendo que não vale a pena andar a discutir a regionalização sem que todos os Partidos se pronunciem através dos seus projectos de lei na Assembleia da República, e, então depois disso, devemos fazer todos os debates e cá estaremos, uns para a defender e outros para a atacar, por mim, defendo claramente a realização de um referendo, sobre se deve ou não deve haver regionalização."

Vogal Raul Martins:

"Relativamente às Comissões eventuais, a bancada do PS, decidiu não integrar as Comissões eventuais, entenda-se que nos estritos termos da proposta que foi feita e enquanto não forem criadas as condições, aliás já sugeridas aqui anteriormente, pelo meu colega de

bancada Custódio Ramos. Todas as outras posições que sejam tomadas por alguns elementos do PS, fora disto, são posições em nome individual."

Não se registando mais intervenções, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara que, entre outras, referiu-se à questão levantada e que a todos preocupa, da "falta de prestígio de Aveiro", disse pensar que esse prestígio não parte apenas do Presidente da Câmara, mas do empenhamento, da colaboração e da conjugação de esforços de todas as entidades que Aveiro tem.

Em relação às questões do IC1 e do IP5, esclareceu que foi o primeiro a colocar essas questões, aquando da vinda do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas a Aveiro, mais concretamente ao Governo Civil, tendo protestado veementemente quanto a estas questões e feito ver ao Sr. Secretário de Estado que aquelas vias são absolutamente essenciais para o desenvolvimento de Aveiro.

No que se refere à E.N. 230-1 e 335, as quais carecem absolutamente de recuperação, informou que a Câmara dispôs-se a aceitar a desclassificação dessas duas estradas, dado que as mesmas são ainda nacionais, com vista a que a Câmara fizesse a sua recuperação. Propôs-se a aceitar também a desclassificação da EN109. Como moeda de troca a Câmara obteria o apoio da parte do Governo na construção do eixo-estruturante. Acrescentou que isto é o que a Câmara tem apresentado e apresentou agora em audiências tidas com membros do Governo.

Em matéria de transportes e comunicações a modernização da linha do norte que tem ocorrido nestes últimos anos, tem permitido a construção em média de duas Passagens Desniveladas; tem havido o melhor relacionamento com a Direcção Geral de Transportes Terrestres na elaboração de contratos programa com vista à construção de Passagens desniveladas; no ano que decorre foi iniciada já a construção da Passagem Desnivelada da Cabreira e ainda a da Póvoa do Valado. Foi ainda falado junto do Governo que a Câmara gostaria de ver solucionado o problema das Passagens de Nível de Cacia e de Quintans, bem como a passagem para peões na Estação da CP. Será motivo de regozijo a construção do metropolitano de superfície Aveiro/Águeda, anunciado já pelo Ministro dos Transportes.

No âmbito da Saúde a Câmara disponibilizou um terreno com vista à instalação da Escola de Enfermagem e o Executivo fez contactos

junto do Governo para que isso venha a ser uma realidade; falou-se também na Unidade de Saúde de Oliveirinha e St^a Joana e no Centro Social e de Cultura de Esgueira, na construção do Centro Social e Cultural de Horta e da construção do Centro Social e Paroquial de Nariz.

Falou-se também junto do Governo na recuperação urbana e nos canais da Ria, todavia até à data não houve qualquer resposta.

Outra preocupação que a Câmara tem vindo a ter em relação aos canais é a desafecção de toda a área pelo menos entre a eclusa e os restantes canais, tendo esta matéria sido colocada já superiormente, uma vez que a Câmara tem todo o interesse em evitar atritos com a JAPA. Relativamente a S. Jacinto a Câmara adoptou o mesmo procedimento, ou seja, tentar desafectar terrenos da jurisdição da JAPA.

No que respeita à constituição de comissões, esclareceu que o que a Câmara deseja é uma colaboração mais completa entre os dois órgãos, Câmara/Assembleia Municipal.

Finalmente e no que respeita ao esventramento da cidade pela PC Gáz, disse que a Câmara não perdeu o controle da situação e que tomará providências para que a empresa reponha o pavimento nas devidas condições.

Seguidamente no uso da palavra o Vereador Vitor Silva, começou por se referir ao problema verificado com o abastecimento de água em todo o concelho, resultante de uma avaria no sistema de electrobombas, em dois furos. Esclareceu que se tratou de uma situação de emergência e que a avaria foi reparada em tempo quase record.

Acrescentou que está previsto que a partir do mês de Junho estas situações não se venham a verificar, uma vez que o abastecimento passará a ser feito através do Sistema do Carvoeiro.

Relativamente às indemnizações por eventuais danos causados aos munícipes, resultantes desta avaria, disse que não tinha verba para fazer a essas situações.

No que se refere à questão do Regulamento de Lixos, disse que o mesmo tem que ser adaptado à nova situação, pensando que até finais do primeiro semestre do ano em curso possa trazer à Assembleia a minuta do Regulamento para que a mesma possa ser discutida.

Relativamente ao mau estado em que se encontram alguns pavimentos das ruas do concelho, disse que essa situação resulta do

rigoroso Inverno que se fez sentir. Acrescentou que em termos de emergência, a Câmara procurou acudir aquelas situações em que se impunha uma rápida intervenção. Informou que há também uma série de trabalhos adjudicados, mas que até ao momento o empreiteiro não pôde avançar com os trabalhos porque as condições climatéricas não o têm permitido, aguardando-se que melhorem as condições climatéricas para depois se poder intervir.

Relativamente ao terreno do Sr. Vitor Oliveira, junto à Casa de Eça de Queirós, disse pensar que a Fiscalização já terá ido averiguar o problema, tratando-se de um licenciamento de uma obra que está para ser iniciada, em que os responsáveis fizeram escavações sem qualquer cuidado, representando até perigo para crianças que por lá passam, tendo a fiscalização instruções para actuar, notificando o dono da obra de que deve vedar todo aquele espaço.

No que se refere ao saneamento, informou que está adjudicada a Rua Direita até Quintans.

Quanto ao saber quem é a SUMA, informou que se trata de uma adjudicação ao consórcio Mota & C^a, Dragados e Ramalho Rosa, que constituiram uma empresa para a exploração deste tipo de questões; a SUMA é uma empresa do consórcio Ramalho Rosa Mota & C^a. O contrato foi feito com a Ramalho Rosa, Mota & C^a e Dragados.

Relativamente ao pessoal desta empresa, informou que continuam a ser funcionários da Câmara, não estando os mesmos impedidos de passar para a empresa caso manifestem essa vontade. Está também em estudo a forma como há-de ser pago um prémio pela SUMA aos funcionários que sendo municipais, trabalham para a empresa. A Câmara paga a estes funcionários e depois factura essa importância à empresa.

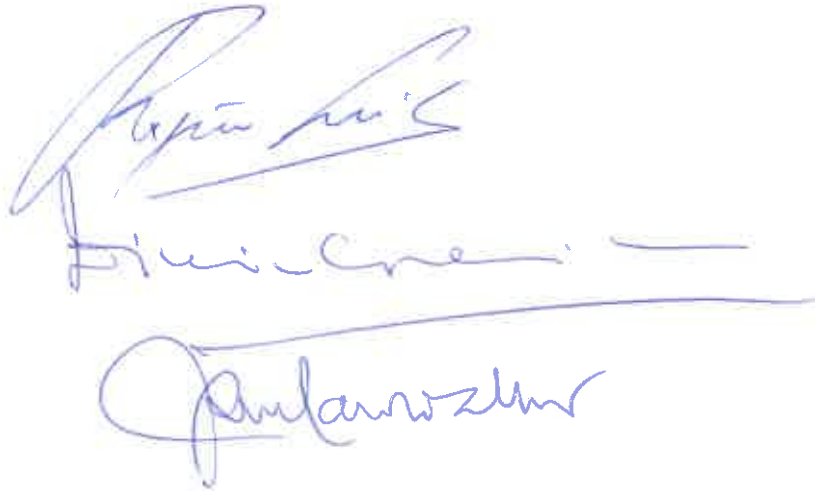
Finalmente e no que se refere à falta de estacionamento, disse que está a ser feito um estudo que prevê estacionamento para mil e quatrocentos lugares.

Usou seguidamente da palavra o Vereador Albuquerque Pinto, para informar a Assembleia que está em fase de elaboração o Plano Municipal de Emergência.

Não se registando mais intervenções e dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 00.30 minutos do dia 29.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.



The image shows three handwritten signatures in blue ink. The top signature is the most prominent, followed by a second signature below it, and a third signature at the bottom. The signatures are written in a cursive style.